

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores e Acionistas da
AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS
S/A - ABGF**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S/A - ABGF, que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S/A - ABGF, em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Os valores correspondentes, relativas as demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial, mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 23 de março de 2017, sem qualquer modificação na opinião. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto. As informações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo, relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação, não foi emitido relatório de opinião por outros auditores independentes.

3

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

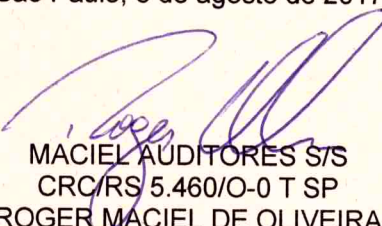
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de agosto de 2017



MACIEL AUDITORES S/S
CRC/RS 5.460/O-0 T SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
RS-071505/O-3 T SP
Sócio Responsável Técnico

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	30/06/2017	31/12/2016	PASSIVO	Nota	30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		312.503.618	70.316.285	CIRCULANTE		19.974.599	22.217.604
Caixa e equivalentes de caixa	[4]	301.228.419	59.272.121	Contas a Pagar/Fornecedores		278.934	276.822
Clientes	[5]	5.739.415	809.372	Obrigações trabalhistas e sociais	[10]	2.732.095	2.113.464
Tributos a Recuperar	[6]	4.908.038	10.090.465	Obrigações fiscais e tributárias	[11]	16.963.570	13.489.636
Outros Créditos	[7]	627.746	144.327	Outras Obrigações		-	6.337.662
NÃO CIRCULANTE		2.249.400.289	2.330.865.321	NÃO CIRCULANTE		140.849.694	97.583.540
Investimentos	[8]	2.248.550.389	2.329.921.848	Obrigações fiscais e tributárias		140.849.694	97.583.540
Imobilizado	[9]	849.900	943.673	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.401.079.614	2.281.380.462
TOTAL DO ATIVO		2.561.903.907	2.401.181.606	Capital social	[12.a]	2.071.606.292	2.071.606.292
				Lucros/Prejuízos Acumulados	[12.b]	35.711.914	-
				Reserva Legal		1.334.249	1.334.249
				Reserva de Retenção de Lucros		19.013.047	19.013.047
				Outros Resultados Abrangentes	[12.c]	273.414.112	189.426.874
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.561.903.907	2.401.181.606


Marcelo Pinheiro Franco
 Diretor Presidente da ABGF


Ronaldo Camillo
 Diretor Administrativo e Financeiro


Vilma Pasini de Souza
 Contadora
 CRC MG 56170/O-7 T-DF
 CPF 385.527.046-15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Demonstração dos resultados
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 e
2º trimestre de 2017 e 2016
(Valores expressos em reais)

	Nota	Semestre findo em		Trimestre findo em	
		30/06/2017	30/06/2016 reapresentado	30/06/2017	30/06/2016 reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(13)	7.766.822	6.798.326	5.545.426	2.720.753
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(14)	(7.460.932)	(7.603.313)	(3.445.834)	(3.827.578)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		305.890	(704.987)	2.099.592	(1.106.825)
DESPESAS OPERACIONAIS		(6.295.179)	(4.244.095)	(3.439.810)	(2.134.701)
Despesas administrativas	(15)	(135.209)	(253.872)	(90.937)	(152.945)
Despesas com pessoal	(16)	(5.220.810)	(3.686.633)	(2.942.633)	(1.830.138)
Despesas tributárias	(17)	(939.360)	(303.590)	(406.240)	(151.618)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		41.380.350	1.191.858	-	1.191.858
Outras receitas (despesas) operacionais		5.000	598	-	598
Resultado no Resgate de Cotas	(8)	41.375.350	1.191.260	-	1.191.260
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		35.391.061	(3.757.224)	(1.340.218)	(2.049.668)
Despesas financeiras	(18)	(242.469)	(2.749)	(48.471)	(1.572)
Receitas financeiras	(18)	15.767.200	2.619.248	7.580.345	1.659.535
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		50.915.792	(1.140.725)	6.191.656	(391.705)
Imposto de renda e contribuição social	(11.i)	(15.203.878)	-	(15.203.878)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(12.b)	35.711.914	(1.140.725)	(9.012.222)	(391.705)
Quantidade de Ações Ordinárias		50.000	50.000	50.000	50.000
Lucro (Prejuízo) Líquido por ação / ação diluída		714,2	(22,8)	(180,2)	(7,8)


Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente da ABGF


Ronaldo Camilli
Diretor Administrativo e Financeiro


Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 58170/O-7 T-DF
CPF 365.527.046-15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Demonstração dos resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho

(Valores expressos em reais)

	Nota	30/06/2017	30/06/2016 reapresentado
(Prejuízo)/Lucro do período	[12.b]	35.711.914	(1.140.725)
Outros resultados abrangentes	[12.c]	83.987.238	43.315.725
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		119.699.152	42.175.000


Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente da ABGF


Ronaldo Canillo
Diretor Administrativo e Financeiro


Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 58170/O-7 T-DF
CPF 365.527.046-15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em reais)

Descrição	Nota	Capital Social	Reservas		Resultados Abrangentes (reapresentação)	Resultados Acumulados (reapresentado)	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros			
Saldo Final em 31/12/2015		50.000.000	0	0	0	(12.506.903)	37.493.097
Lucro do Período	[3.11]					(1.140.725)	(1.140.725)
Capitalização da ABGF		2.021.606.292					2.021.606.292
Resultados Abrangentes							
Outros Resultados Abrangentes	[12.c]				43.315.725		43.315.725
Saldo Final em 30/06/2016		2.071.606.292	0	0	43.315.725	(13.647.628)	2.101.274.389
Prejuízo do Período						40.332.606	40.332.606
Destinação do Lucro Líquido do Exercício							
Constituição de Reserva Legal			1.334.249			(1.334.249)	0
Dividendos mínimos obrigatórios propostos						(6.337.682)	(6.337.682)
Constituição de Reserva de Lucros				19.013.047		(19.013.047)	0
Resultados Abrangentes							
Outros Resultados Abrangentes	[12.c]				146.111.149		146.111.149
Saldo Final em 31/12/2016		2.071.606.292	1.334.249	19.013.047	189.426.874	0	2.281.380.462
Lucro do período	[12.b]					35.711.914	35.711.914
Resultados Abrangentes							
Outros Resultados Abrangentes	[12.c]				83.987.238		83.987.238
Saldo Final em 30/06/2017		2.071.606.292	1.334.249	19.013.047	273.414.112	35.711.914	2.401.079.614

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Diretor Presidente da ABGF


Ronaldo Cerullo
Diretor Administrativo e Financeiro


Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF
CPF 365.527.048-15

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Demonstração dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho (Valores expressos em reais)

	Nota	30/06/2017	30/06/2016 reapresentado
Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais			
Lucro/Prejuízo do período	[12.b]	35.711.914	(1.140.725)
Ajustes para conciliar o Resultado e às Disponibilidades Geradas Pelas Atividades Operacionais:			
Depreciação/Amortização	[9.c]	124.054	123.516
Variações nos Ativos			
Redução (Aumento) de Clientes		(4.930.042)	610.936
(Aumento) Redução de impostos a recuperar		5.182.427	(1.001.070)
(Aumento) Redução de outros créditos		(483.419)	(416.041)
Variações nos Passivos			
(Aumento) Redução de fornecedores/contas a pagar		(6.335.570)	(9.512)
(Aumento) Redução de obrigações trabalhistas e sociais		618.631	621.367
(Aumento) Redução de obrigações tributárias		3.473.934	(218.790)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		33.361.929	(1.430.319)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado	[9]	(30.281)	(4.494)
Valor recebido pelas cotas de fundos	[8]	-	-
Resgate de Cotas de Fundos		208.624.650	21.607.878
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		208.594.369	21.603.384
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		241.956.298	20.173.065
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		59.272.121	28.010.759
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		301.228.419	48.183.824
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		241.956.298	20.173.065




Marcelo Pinheiro Franco
 Diretor Presidente da ABGF

Ronaldo Camilli
 Diretor Administrativo e Financeiro



Vilma Pasini de Souza
 Contadora
 CRC MG 56170/O-7 T-DF
 CPF 365.527.046-15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017 (Valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), constituída de acordo com autorização da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012. Iniciou suas atividades em 27 de agosto de 2013.

A ABGF é uma companhia fechada de direito privado que atua na administração, gestão e representação de fundos garantidores, de fundos que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União, conforme estabelecido nos incisos II e III do art. 38 da Lei nº 12.712, de 2012, além de atuar na análise da concessão de garantias contra riscos de crédito de natureza comercial e/ou política e extraordinária, em operações de crédito à exportação. Atua, ainda, na prestação de garantias indiretas às operações de riscos diluídos em áreas de grande interesse econômico ou social.

A ABGF foi autorizada a emitir garantias diretas, de que trata o inciso I do artigo 38 da Lei nº 12.712, de 2012, por meio da Portaria SUSEP nº 5.920, de 24 de junho de 2014. Entretanto, até esta data não teve início a emissão direta de garantias pela ABGF.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da ABGF foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (estatuto jurídico da empresa pública) e de deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis.

Atendem, ainda, as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação citada no parágrafo anterior e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 08 de agosto de 2017.

3. Base de preparação das informações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado ao contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considera qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$).

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil estimada.

3.5. Contas a pagar/Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, cujo valor é próximo a seu valor justo.

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Agência tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.7. Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.8. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 21 (R3), a despesa com tributos sobre o lucro (IR e contribuição social) é reconhecida em cada período intermediário com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva ponderada anual esperada para o exercício social completo. Os montantes contabilizados de despesa de tributos sobre o lucro são ajustados em períodos subsequentes dentro do mesmo exercício social se as estimativas da alíquota anual de tributo mudarem.

3.9. Reconhecimento de receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

3.10. Ativos e passivos financeiros

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor custo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) é adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto; (ii) é parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; (iii) é um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de "hedge" em uma contabilização de "hedge". Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas no resultado do exercício. Ganhos ou prejuízos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que tem pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017**
(Valores expressos em reais)

reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente. Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo por meio do resultado, ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

3.11. Reapresentação das cifras comparativas

Como resultado de estudos para adequação da contabilização dos investimentos em cotas de fundos garantidores, a Diretoria Executiva da ABGF, por meio da Nota Técnica DIAFI/GECON nº 031/2017/O, aprovou os critérios de registro dos investimentos em fundos garantidores, apropriando as variações mensais em resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, e sem a necessidade de consolidação das demonstrações contábeis.

Aprovou, ainda, a mensuração dos investimentos em fundos garantidores pelo valor justo, para o caso específico é realizada a avaliação pela equivalência ao patrimônio líquido do investimento (Método de Equivalência Patrimonial - MEP), com reflexo em outros resultados abrangentes e a reclassificação dos ajustes efetuados a partir de maio/2016 em contas de resultado para outros resultados abrangentes.

Dessa forma, para fins de adequar a informação comparativa do semestre anterior reapresentamos os dados relativos ao 1º semestre de 2016. A seguir demonstramos um resumo das demonstrações financeiras originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora reapresentadas.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
(Valores expressos em reais)

	1º semestre de 2016		
	Original	Ajuste	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Réceita operacional líquida	6.798.326		6.798.326
Custo dos serviços prestados	(7.503.313)		(7.503.313)
Lucro bruto	(704.987)	0	(704.987)
Despesas Operacionais	(4.244.095)	0	(4.244.095)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	65.630.484	(64.438.626)	1.191.858
Outras receitas (despesas) operacionais	598	0	598
Resultado da equivalência patrimonial	65.629.886	(65.629.886)	0
Ganho no Resgate de Cotas	0	1.191.260	1.191.260
Resultado Financeiro	2.616.499	0	2.616.499
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	63.297.901	(64.438.626)	(1.140.725)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	63.297.901	(64.438.626)	(1.140.725)
Outros Resultados abrangentes	0	43.315.725	43.315.725
Total do resultado abrangente do exercício	63.297.901	(21.122.901)	42.175.000
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	63.297.901	(64.438.626)	(1.140.725)
Resultado da equivalência patrimonial	(65.629.886)	65.629.886	0
Ajustes: Depreciação/Amortização	123.516		123.516
Variações nos Ativos	(806.175)		(806.175)
Variações nos Passivos	393.065		393.065
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(2.621.578)	1.191.260	(1.430.319)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Resgate de Cotas de Fundos	22.799.138	(1.191.260)	21.607.878
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	20.177.560	0	20.177.560

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
(Valores expressos em reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa e Bancos (i)	3.603	3.704
Aplicações Financeiras (ii)	301.224.816	59.268.417
	301.228.419	59.272.121

- (i) O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (Fundo Fixo), de acordo com norma interna ABGF - GEFIN/NOR/01/1/0 e legislação federal aplicável;
- (ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no Fundo de Investimentos BB PARANOÁ FIC RF CP, mantido junto ao Banco do Brasil S.A.

5. Contas a receber de clientes

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
SAIN/MF (i)	4.277.500	640.142
FGIE – Parte Relacionada (ii)	1.290.178	169.230
FESR – Parte Relacionada (iii)	171.737	0
	5.739.415	809.372

- (i) Valor a receber da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF), referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE. A variação decorre, principalmente, da repactuação da remuneração da ABGF junto à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda;
- (ii) Valor a receber do FGIE relativo à remuneração pela administração do Fundo. A variação decorre, principalmente, do não recebimento pelos serviços prestados no primeiro semestre de 2017 em função da ausência da aprovação da previsão orçamentária do fundo para pagamento da remuneração;
- (iii) Em junho/2017, a ABGF passou a ser remunerada pelos serviços prestados ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, conforme Decreto nº 9.078, de junho de 2017.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
(Valores expressos em reais)

6. Tributos a recuperar

O quadro abaixo demonstra a composição dos impostos e contribuições retidos da ABGF por ocasião de serviços prestados e aqueles incidentes sobre os rendimentos de aplicação financeira.

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
IRRF sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.877.592	8.250.972
Saldo anterior	8.250.972	2.318.201
Retenções/Atualizações do Exercício	2.839.125	6.285.547
(-) Compensações efetuadas	(8.212.505)	(352.776)
CSLL a Recuperar de Serviços Prestados	17.074	221.014
Saldo anterior	221.014	220.985
Retenções/Atualizações do Exercício	114.212	116.199
(-) Compensações efetuadas	(318.152)	(116.170)
IRRF a Recuperar de Serviços Prestados	226.168	1.618.479
Saldo anterior	1.618.479	1.060.726
Retenções/Atualizações do Exercício	553.791	557.753
(-) Compensações efetuadas	(1.946.102)	-
Antecipação de Tributos por Estimativa	1.787.204	-
	4.908.038	10.090.465

7. Outros créditos

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Adiantamento de 13º Salário (i)	456.193	-
Adiantamento de Férias (i)	54.655	104.888
Valores a Ressarcir de Fundos Administrados (ii)	44.880	-
Despesas pagas Antecipadamente	33.195	14.016
Estoques	27.919	24.314
Adiantamento para viagens	10.904	1.109
	627.746	144.327

- (i) O saldo de adiantamento de 13º salário refere-se à parcela de adiantamento do 13º salário concedido em maio de 2017 e o adiantamento de férias são relativos às férias que se iniciarão nos primeiros dias do mês seguinte e que transitarão na próxima folha de pagamento. No fim do exercício, a parcela de adiantamento será compensada com o valor provisionado para pagamento do 13º salário.
- (ii) O saldo de R\$ 44,9 mil em valores a ressarcir, refere-se a despesas do FESR com serviços de auditoria honorários pela ABGF, de competência do Fundo.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
(Valores expressos em reais)

8. Investimento em Fundos

(a) Composição dos investimentos

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura	531.280.681	507.363.285
FGO – Fundo de Garantia de Operações	316.387.654	263.206.265
FGI – Fundo Garantidor de Investimentos	731.987.577	685.795.117
FGHAB – Fundo Garantidor de Habitação Popular	668.894.477	873.556.981
	<u>2.248.550.389</u>	<u>2.329.921.648</u>

(b) Ajuste a Valor Justo dos Fundos

	Valor da Cota	Quantidade de Cotas	Valor Subscrito	Ajuste a Valor Justo	Valor de Aquisição
FGIE	5.245,51316	101.282,880	531.280.681	24.866.280	506.414.401
FGO	86,08405	3.675.334,037	316.387.654	112.465.950	203.921.704
FGI	1,61184	454.132.226,180	731.987.577	128.394.527	603.593.050
FGHAB	4,70446	142.182.910,128	668.894.478	148.537.049	520.357.429
	<u>5.338</u>	<u>600.091.753</u>	<u>2.248.550.390</u>	<u>414.263.806</u>	<u>1.834.286.584</u>

(c) Movimentação dos investimentos em Fundos

	2016	Valorização/ Desvalorização	Resgate Cotas Vr. Patrimonial	Resgates Cotas Aj. Positivos	30 de junho de 2017
FGIE	507.363.285	23.917.396	-	-	531.280.681
FGO	263.206.265	53.181.389	-	-	316.387.654
FGI	685.795.117	46.192.460	-	-	731.987.577
FGHAB	873.556.981	45.337.496	(208.624.650)	(41.375.350)	668.894.477
	<u>2.329.921.648</u>	<u>168.628.741</u>	<u>(208.624.650)</u>	<u>(41.375.350)</u>	<u>2.248.550.389</u>

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
(Valores expressos em reais)

9. Imobilizado

(a) Composição

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
- Mobiliário em Geral	10% a 20%	210.911	(88.498)	122.413	137.451
- Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10% a 20%	221.514	(60.186)	161.329	178.301
- Equipamentos de Informática e Software	20% a 40%	938.765	(405.128)	533.637	592.429
- Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20%	45.653	(13.131)	32.521	35.492
				849.900	943.673

(b) Movimentação do custo

	31 de dezembro de 2016	Adições	30 de junho de 2017
Mobiliário em Geral	210.911	-	210.911
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	220.949	565	221.514
Equipamentos de Informática e Software	909.049	29.716	938.765
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	45.653	-	45.653
	1.386.562	30.281	1.416.843

(c) Movimentação da depreciação

	31 de dezembro de 2016	Adições	30 de junho de 2017
Mobiliário em Geral	73.460	15.038	88.498
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	42.649	17.537	60.186
Equipamentos de Informática e Software	316.619	88.508	405.127
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10.161	2.971	13.132
	442.889	124.054	566.943

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
(Valores expressos em reais)

10. Obrigações trabalhistas e sociais

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Provisão para férias e encargos	1.642.699	1.568.032
Provisão para 13º salário e encargos (i)	577.045	4.430
INSS a recolher	322.233	293.211
FGTS a Recolher	82.781	109.528
Contribuição sindical a recolher	-	-
Ressarcimento de salários cedidos	107.337	138.263
	<u>2.732.095</u>	<u>2.113.464</u>

- (i) O saldo de provisão para 13º salário refere-se às obrigações provisionadas para pagamento do 13º salário. No fim do exercício, a parcela de adiantamento do 13º salário concedido em maio de 2017 será compensada com o valor provisionado.

11. Obrigações fiscais e tributárias

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o lucro e sobre o faturamento da Companhia, relativos à prestação de serviços, bem como as retenções tributárias incidentes sobre salários/honorários pagos e as contratações realizadas pela ABGF, em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, o Regulamento do ISS (Decreto nº 25.508, de 29 de janeiro de 2005), a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2013 e legislação tributária vigente.

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica corrente (i)	11.371.442	9.516.155
Contribuição Social sobre o lucro líquido corrente (i)	5.067.418	3.515.221
COFINS s/ Faturamentos a Recolher	229.437	66.694
PIS s/ Faturamento a Recolher	44.589	13.013
IRRF s/ Folha de Pagamento a Recolher	206.658	344.247
ISS a Recolher	23.956	16.723
Tributos Federais s/ Notas Fiscais a Recolher	13.791	11.450
ISS Retenções a Recolher	1.971	194
INSS retido a Recolher	3.686	5.094
Outros Impostos e Taxas a Recolher	622	845
	<u>16.963.570</u>	<u>13.489.636</u>

- (i) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido incluem os tributos sobre o lucro pagos por estimativa, que serão liquidados no mês seguinte, bem como a provisão para o pagamento do IR e CSLL anual, apurados pela alíquota média anual estimada e que serão ajustados quando do encerramento do exercício. A ABGF é tributada pelo lucro real anual, com pagamento mensal por estimativa, de acordo com legislação vigente.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
(Valores expressos em reais)

12. Patrimônio líquido

	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
Capital Subscrito	2.071.606.292	2.071.606.292
Reserva Legal	1.334.249	1.334.249
Reserva de Retenção de Lucros	19.013.047	19.013.047
Resultado Acumulado	35.711.914	-
Outros Resultados Abrangentes	273.414.112	189.426.874
	2.401.079.614	2.281.380.462

(a) Capital social

O Capital Social de R\$ 2.071.606.292 (dois bilhões, setenta e um milhões, seiscentos e seis mil, duzentos e noventa e dois reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor unitário de R\$ 41.432,1258/por ação.

(b) Resultado do período

O resultado positivo do primeiro semestre de 2017 foi influenciado, principalmente, pelo resgate de cotas do FGHab não comprometidas com garantias, que gerou resultado de R\$ 41,4 milhões e pelo resultado financeiro que alcançou o montante de R\$ 15,5 milhões. O resultado das operações, referentes à prestação de serviço deduzido dos custos associados, alcançou o montante de R\$ 0,3 milhão.

As despesas operacionais (administrativas, pessoal e tributos) acrescida dos custos associados à prestação de serviços alcançaram o montante de R\$ 13,8 milhões. As provisões de tributos sobre o lucro foram de R\$ 15,2 milhões.

(c) Outros Resultados Abrangentes

Os resultados abrangentes refletem a variação das participações da ABGF em fundos Diluídos e no FGIE, líquidos dos efeitos tributários.

13. Receita operacional líquida

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços à SAIN/MF, relacionados ao seguro de crédito à exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

A remuneração da ABGF, relativamente aos serviços prestados pela administração do FESR, teve início em junho de 2017, em função da edição do Decreto nº 9.078, de 12 de junho de 2017, que dispõe sobre a remuneração da ABGF pela gestão do fundo.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
(Valores expressos em reais)

Em maio de 2017 os serviços prestados à SAIN/MF foram repactuados de forma a remunerar adequadamente a ABGF pelos serviços prestados.

Segue abaixo quadro demonstrativo com a receita bruta e líquida:

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Receita operacional Bruta	9.057.518	7.928.077	6.466.969	3.172.890
FGE (i)	7.566.596	6.987.621	5.553.376	2.867.071
FGIE – Parte Relacionada (ii)	1.290.177	940.456	712.848	305.819
FESR (iii)	200.745	0	200.745	0
(-) Deduções da Receita	(1.290.696)	(1.129.751)	(921.543)	(452.137)
COFINS	(688.371)	(602.534)	(491.490)	(241.140)
PIS/Pasep	(149.449)	(130.813)	(106.705)	(52.353)
ISS	(452.876)	(396.404)	(323.348)	(158.644)
Receita operacional Líquida	7.766.822	6.798.326	5.545.426	2.720.753

14. Custos do serviço prestado

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para a SAIN/MF e para o FGIE.

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Pessoal	5.625.769	6.144.636	2.462.063	3.108.985
Despesas administrativas	1.835.163	1.358.677	983.771	718.593
Custo dos Serviços prestados	7.460.932	7.503.313	3.445.834	3.827.578

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
(Valores expressos em reais)

15. Despesas administrativas por natureza

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Viagens e Representações (i)	274.860	223.494	152.122	95.443
Serviços de Terceiros (ii)	334.598	219.842	147.102	129.477
Ocupação (iii)	763.471	622.217	397.064	327.322
Despesas Gerais (iv)	531.685	479.502	345.034	283.609
Créditos tributários (v)	(58.297)	(56.022)	(29.139)	(28.052)
Depreciação	124.054	123.518	62.525	63.739
Total	1.970.372	1.612.549	1.074.708	871.538
Gastos administrativos alocados ao custo dos serviços prestados (nota 14)	1.835.163	1.358.677	983.771	718.593
Despesas Administrativas	135.209	253.872	90.937	152.945

- (i) A rubrica "Viagens e Representações" registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF, relacionados a viagens a serviço de interesse da Companhia;
- (ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, treinamento e capacitação, assinatura de periódicos, contribuição a associações e assessoria e consultoria em tecnologia da informação;
- (iii) As despesas com ocupação referem-se às despesas de aluguel e condomínio das Unidades da ABGF no Rio de Janeiro e em Brasília, serviços terceirizados de limpeza e conservação e manutenção e reparos das unidades locadas;
- (iv) As Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos de telefonia, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras;
- (v) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para a contribuição do PIS/Pasep e Cofins. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (Cofins) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas constantes na forma das Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003. No caso da ABGF, os créditos tributários incidem sobre as despesas de aluguel, depreciação e energia elétrica.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
(Valores expressos em reais)

16. Despesas com pessoal por natureza

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Empregados:				
Salários, Encargos e Benefícios	9.047.405	8.409.575	4.508.462	4.168.423
Salários e Ordenados	5.169.570	4.728.245	2.598.390	2.405.327
Encargos Sociais	1.761.788	1.619.306	889.865	833.705
Provisões Trabalhista e Previdenciária	1.486.125	1.407.981	717.230	646.037
Benefícios Empregados	623.857	526.878	299.944	264.610
Ressarcimento Funcionários Requisitados	-	121.415	-	15.869
Saúde e Segurança do Trabalho	6.065	5.750	3.033	2.875
Diretoria e Conselhos:				
Honorários, Encargos e Benefícios	1.798.974	1.421.694	896.234	770.700
Honorários do Conselho de Administração	143.545	133.826	72.952	66.913
Honorários do Conselho Fiscal	76.363	75.277	36.654	37.639
Honorários da Diretoria Executiva	629.861	636.738	314.930	352.048
Encargos Sociais Sobre Honorários	250.118	230.579	118.504	122.494
Provisão Trabalhista e Previdenciária	46.766	99.520	8.748	63.040
Benefícios Diretor	78.040	77.563	38.530	38.667
Ressarcimento Diretores requisitados	574.281	168.191	305.916	89.899
Total	10.846.379	9.831.269	5.404.696	4.939.123
Gastos com pessoal alocados ao custo dos serviços prestados (nota 14)	5.625.769	6.144.636	2.462.063	3.108.985
Despesas com pessoal	5.220.610	3.686.633	2.942.633	1.830.138

- (i) As remunerações dos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva são aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária, com base em análise/manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST;
- (ii) A ABGF ressarcie às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de origem dos Diretores Executivos e funcionários requisitados de outros órgãos;
- (iii) Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST.

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, alínea "e":

- Maior e menor remuneração total de empregados: R\$ 33,0 mil e R\$ 9,6 mil;
- Maior e menor remuneração total de dirigentes: R\$ 47,6 mil e R\$ 45,5 mil; e,
- Remuneração média dos empregados e dirigentes: R\$ 15,4 mil e R\$ 46,0 mil, respectivamente.

Nas remunerações informadas **estão computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos**. Com relação à remuneração de dirigentes estão consideradas as remunerações aprovadas pela Assembleia Geral.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
(Valores expressos em reais)

17. Despesas tributárias

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
IPTU	22.720	21.318	11.360	10.659
Impostos e Taxas Diversas (i)	10.564	15.194	807	14.983
Pis/Pasep e Cofins s/ Rec. Financeiras (ii)	733.175	121.795	352.486	77.168
Taxa de Fiscalização Susep	83.759	90.022	38.748	45.011
Contribuição Sindical	86.140	47.439	-	-
CIDE	3.002	7.822	2.839	3.797
Total	939.360	303.590	406.240	151.618

- (i) Refere-se, principalmente, a tributos incidentes sobre operações financeiras em remessas ao exterior de recursos para pagamento de serviços adquiridos, além de outras taxas diversas.
- (ii) O Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015, restabeleceu as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2015.

18. Resultado financeiro

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016	30 de junho de 2017	30 de junho de 2016
Rendimento de Aplicações Financeiras (i)	15.457.076	2.478.021	7.575.065	1.584.874
Juros Ativos (ii)	310.124	141.227	5.280	74.661
	15.767.200	2.619.248	7.580.345	1.659.535
Despesas Financeiras (iii)	242.469	2.749	48.471	1.572
Resultado Financeiro	15.524.731	2.616.499	7.531.874	1.657.963

- (i) Os rendimentos de aplicações financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundo de investimento administrado pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 4;
- (ii) O saldo de Juros Ativos representa, principalmente, a atualização monetária, pela taxa média mensal do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, do saldo de Tributos a Recuperar/Compensar;
- (iii) As despesas financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017**
(Valores expressos em reais)

19. Eventos subsequentes

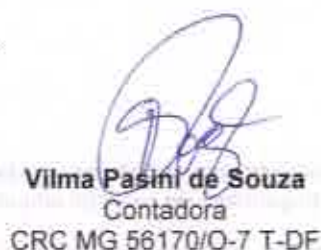
Segundo dados atualizados pela Superintendência Jurídica (SEJUR) até julho/2017, existem atualmente 08 ações judiciais promovidas em face da ABGF, tendo como objeto a cobrança de indenizações decorrentes do seguro DPBM.

Das ações em curso a SEJUR considerou como provável o risco de insucesso em uma delas, motivo pelo qual foi provisionado no balancete de julho/2017 o valor de R\$ 14,8 mil.

Adicionalmente, para as outras ações, no montante de R\$ 94 mil reais, o jurídico entende que, embora ainda não haja decisão judicial, há possibilidade que essa decisão seja contrária aos interesses da Companhia.



Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente



Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF



Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro



Fernando Vitor dos Santos Sawczuk
Diretor de Operações